

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História: espaços, poder, cultura e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-621-5
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.215211811>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de pesquisa em história e ciências humanas busca, de maneira geral avançar, de maneira constante e perene sobre o entendimento das pessoas, suas vidas, aspirações, anseios e comunidades. Ao longo dos anos, a produção de conhecimento na área tem aprofundado seu entendimento das diferentes tramas e possibilidades que movimentam a sociedade, sua formação, desenvolvimento, seus conflitos e crises. Assim, algumas categorias, como o entendimento do espaço como uma unidade explicativa e organizacional da sociedade aparece com mais frequência, na tentativa de entender o impacto que os grupos sociais sofrem na construção espacial de suas identidades.

Da mesma maneira, a noção de poder está bastante presente. A historiografia se estrutura, classicamente, acompanhando as estâncias de poder formais, governantes e reis. Entretanto, hoje podemos observar esse conceito e suas possibilidades de maneira mais complexa, entendendo o poder, também como unidade explicativa, como construção social, em suas diferentes facetas e manifestações.

De fato, é no reconhecimento das pluralidades que mais se tem avançado, ultimamente, pluralidade essa que se revela, tanto na sociedade globalizada, com sua velocidade de produção e circulação de informações quanto às possibilidades da construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, ampliam -se consideravelmente as perspectivas de diálogo entre História com diferentes campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de olhares que se apresentam para a sociedade nos dias de hoje, em seus espaços de cultura e poder, e em todos os caminhos que se possam avançar na construção dos saberes, é um dos grandes objetivos das ciências humanas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ARTE CEMITERIAL: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BAURU

Jéssica Chabaribery Ferreira

Fábio Paride Pallotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118111>

CAPÍTULO 2..... 11

CONSTRUÇÃO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA ENTIDADE INTERNACIONAL - CONTUA

Rogério Fagundes Marzola

Maria do Socorro Oliveira Marzola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118112>

CAPÍTULO 3..... 22

ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NO SANTUÁRIO DE APARECIDA: NOTAS PARA UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO E DO TURISMO RELIGIOSO

Ana Maria Cardachevski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118113>

CAPÍTULO 4..... 35

JOAQUIM SALDANHA MARINHO E O PROJETO DE BRASIL MODERNO

Renata Ribeiro Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118114>

CAPÍTULO 5..... 46

NAS MÃOS DO TIO SAM: AS CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL

Antônio Carlos Cabral de Medeiros

Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento

Luiz Alberício de Araújo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118115>

CAPÍTULO 6..... 59

O INDIVIDUAL E O SOCIAL: NELSON DE PAULA NETO E O CORONELISMO

Rodrigo Guimarães Motta

Luciano Antonio Prates Junqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118116>

CAPÍTULO 7..... 74

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO CONTEXTO INTERÉTNICO: ENTRE PERMANÊNCIA E RUPTURA DO SISTEMA, VALORES E HUMANIDADE

Tadeu dos Santos Kaingang

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118117>

CAPÍTULO 8	92
REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVIZADOS E LIVRES NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Israel Aquino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118118	
CAPÍTULO 9	105
UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DO DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO: ALCIDES CRUZ	
Luís Fernando Massonetto	
Guilherme Ricken	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118119	
CAPÍTULO 10	116
VOZES D'ÁFRICA: A VOZ DA RESISTÊNCIA DE CASTRO ALVES AO <i>SLAM</i>	
Vitória Maria Sá da Silveira	
Débora Cristina Santos e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21521181110	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	129
ÍNDICE REMISSIVO	130

CAPÍTULO 8

REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVIZADOS E LIVRES NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/08/2021

Israel Aquino

PPG em História / UFRGS

Porto Alegre – RS

<https://orcid.org/0000-0001-5123-5377>

RESUMO: Este trabalho tem como objeto o estudo da formação de redes de sociabilidade através da instituição do compadrio católico. Busca-se investigar a utilização deste expediente como estratégia de atuação e reprodução social pelos diferentes estratos que compunham uma comunidade rural situada no Rio Grande de São Pedro, durante a segunda metade do século XVIII. Como *corpus* principal, trabalhamos com um banco de dados construído a partir da transcrição do primeiro livro de batismos de escravizados e livres da freguesia de Viamão, segunda paróquia fundada naquela Capitania, no ano de 1747. De um total de 559 registros de batismos, selecionamos as cerimônias que contaram com a participação de indivíduos escravizados, chegando a um *corpus* final constituído por 142 registros. A partir da análise das relações contraídas entre pais e padrinhos nestas cerimônias – e realizando o cruzamento com outras fontes, como os róis de confessados da freguesia – buscamos analisar a construção de relações de interdependência entre os diferentes estratos que conviviam naquela comunidade, com especial interesse em investigar como se

deu a participação da população escravizada naquelas tramas sociais constituídas a partir do rito do batismo. Como metodologia de análise, empregamos aportes da História Social, articulados às ferramentas da *Social Network Analysis*.

PALAVRAS-CHAVE: Compadrio; Escravidão; Hierarquias sociais; Análise de Redes Sociais.

SOCIAL NETWORKS AND INTERDEPENDENCE RELATIONS BETWEEN SLAVES AND FREE PEOPLE IN SOUTH OF PORTUGUESE AMERICA

ABSTRACT: This work has as object the study of the formation of sociability networks through the institution of the catholic ritual kinship. It intends to investigate the use of this expedient as a strategy of action and social reproduction by the different social classes that made up a rural community located in Rio Grande of São Pedro, during the second half of the 18th century. Our main corpus was a database built from the transcription of the first book of baptisms of the slaves and free people in the parish of Viamão, the second parish founded in that Captaincy, in the year 1747. From a total of 559 baptism records, we selected the ceremonies that had the participation of slaves, reaching a final corpus consisting of 142 records. Starting from the analysis of the relationships contracted between parents and godparents in these ceremonies - and crossing with other sources, such as the confessed lists of the parish - we seek to analyze the construction of interdependent relationships between the different social classes that lived in that community, with special interest in

investigating how the participation of the slave population happened in those social networks constituted from the rite of baptism. As a methodology, we used contributions from Social History, articulated with Social Network Analysis tools.

KEYWORDS: Ritual Kinship; Slavery; Social Hierarchies; Social Network Analysis.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade forjada nos domínios portugueses durante o período do Antigo Regime estava baseada na construção de alianças familiares e clientelistas, tendo como esteio uma noção de “bem comum” que atravessava as relações constituídas por seus agentes. Neste cenário, a instituição do compadrio católico se inseria dentro de um universo mais amplo de práticas costumeiras, constituídas pela regularidade das sociabilidades locais que, ao mesmo tempo, agregavam e estratificavam aquele corpo social. Neste trabalho, propomos o estudo da apropriação do compadrio realizada pela população escravizada da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Viamão, de forma a compreender não apenas os usos e significados que este expediente assumia para aqueles atores, mas também como sua atuação contribuía para a configuração das redes de sociabilidade locais.

Partindo de um recorte que reuniu 142 registros de batismo de crianças cujos pais eram homens e mulheres negros e escravizados, buscamos analisar como eram formadas suas redes relacionais e de que forma a apropriação do compadrio afetou suas possibilidades de inserção social. Como metodologia, empregamos as ferramentas da *Social Network Analysis*, aqui compreendida como uma análise metódica de redes representadas graficamente, e tomadas enquanto representações das estruturas de relacionamento que aqueles agentes estabeleciam entre si (AQUINO & KUHN, 2018, p. 57).

Nossos resultados permitem apontar que as relações construídas por aquelas gentes sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia que permitiu a construção de um conjunto de alianças verticais, contribuindo para a associação entre diferentes camadas sociais e criando, assim, compromissos e expectativas que vinculavam aqueles escravizados às suas casas e à comunidade onde estavam inseridos, mas que ao mesmo tempo poderiam contribuir para que os indivíduos em situação de cativo tivessem acesso a proteção e condições de trabalho menos penosas. Assim, passamos a analisar as relações construídas por aquelas gentes nas páginas a seguir.

2 | A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NOS REGISTROS DE BATISMO DE VIAMÃO

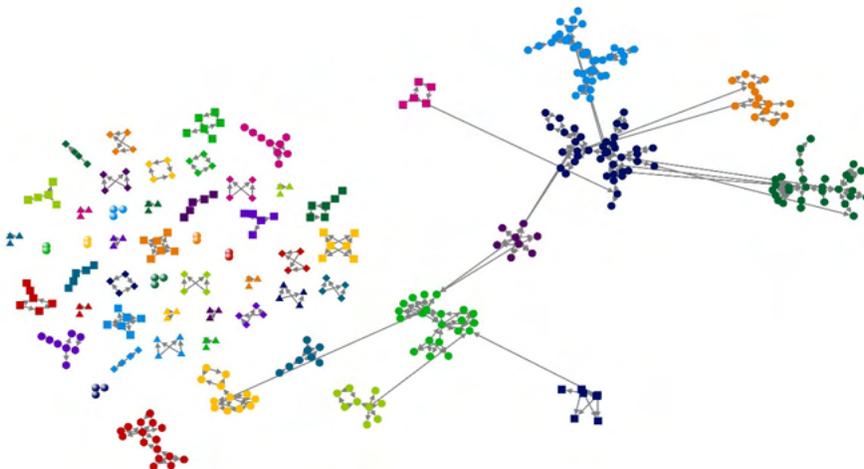
Quando consideramos o primeiro livro de batismos daquela freguesia, o número de cerimônias onde os pais eram homens ou mulheres escravizados chega a 142, o que corresponde a cerca de 25% dos registros no período (1747-1759). É possível afirmar, contudo, considerando a bibliografia existente e os róis de confessados para o período, que a população cativa de Viamão superava este percentual, devendo ter chegado a cerca

de dois quintos do contingente local nos anos de 1750, conforme aponta Kuhn (2006). Porque, então, ela parece estar sub-representada nos registros? Primeiramente, porque a possibilidade de constituir uma família, seja em moldes ‘legítimos’ ou ‘naturais’, para usar expressões da época, não era uma oportunidade que estava igualmente colocada para todos os cativos. Além disso, sabemos que parte dos registros de batismo da freguesia, especificamente os livros utilizados para a população escravizada a partir de 1760, se perdeu com o passar do tempo, o que contribui para essa sub-representação.

Também não identificamos número significativo de escravos adultos sendo batizados em Viamão. Para a população negra, isso pode sugerir que estes recebiam o sacramento antes de sua chegada ao local, pois os indivíduos oriundos do tráfico atlântico poderiam receber o sacramento do batismo no porto de chegada ao Brasil (caso não o recebessem em seu porto de origem). Pesa também o fato deste ter sido um período de expansão populacional da freguesia, que recebia muitas levas migratórias. É possível que as famílias que se deslocavam para cá já trouxessem seus escravos batizados de sua região de origem, fosse esta Laguna, Rio Grande ou Sacramento.

A partir dos assentos de batismo, é possível saber que os indivíduos escravizados que tiveram seus filhos batizados ao longo da década de 1750 representavam um total de 60 unidades produtivas (fogos), conforme podemos depreender do cruzamento entre nosso banco de dados e os róis de confessados disponíveis. Assim, a média de escravizados que compareceram à pia seria de 2 a 3 indivíduos por fogo - pouco mais de um casal por família, o que dá uma pista a respeito de uma das características já apontadas por Kuhn (2006) a respeito dessa comunidade: a posse de escravos em pequena escala. Apesar disso, a distribuição dos registros é desigual, havendo um predomínio de escravos de famílias mais destacadas, como os Pinto Bandeira, cujos cativos participaram em 16 cerimônias, mais de 10% do total.

O grafo relacional que representa estas relações, reproduzido abaixo, permite identificar que apesar da dispersão das relações engendradas por esse estrato social, havia alguma possibilidade de inserção em uma rede mais ampla de relações. A existência de componentes maiores e mais conectados na imagem sugere, também, que pelo menos uma parte dos cativos da região estava integrado às dinâmicas sociais da comunidade, o que, como se verá, se dava através da criação de laços com indivíduos de outros estratos sociais, notadamente indivíduos livres.



Grafo 1: Redes cativas

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Em relação aos agentes participantes dessa rede, temos o seguinte quadro: entre os genitores que eram negros e cativos, temos 35 homens e 65 mulheres. Tivemos, ainda, oito negros forros que tiveram filhos com mulheres escravizadas, além de três indígenas (*'de nação Tape'*) e cinco homens presumidos livres, cujos registros não fazem menção a cor ou condição social, sendo tampouco possível identificar isto em outras fontes. As mulheres forras que tiveram filhos com homens cativos foram três, mesmo número de mulheres ameríndias nesta situação. O número de batismos onde o pai não é citado foi de 42, aproximadamente 30% do total. Esses números são apresentados de forma mais clara na tabela a seguir:

	Mãe escravizada	Mãe forra	Mãe indígena	Mãe livre	N.I.	TOTAL
Pai escravizado	71	4	2	0	0	77
Pai forro	14	0	0	0	0	14
Pai indígena	4	0	0	0	0	4
Pai livre	6	0	0	0	0	6
N.I.	40	0	1	0	0	41
TOTAL	135	4	3	0	0	142

Tabela 1: Condição social dos pais cativos e seus parceiros

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

O quadro demonstra a existência de uniões mistas, especialmente no caso onde mulheres escravizadas tinham filhos com homens de outra condição social - forros ou livres,

por exemplo. Esse número, inclusive, poderia ser mais expressivo caso houvesse pistas de quem foram os pais das crianças nos 40 registros em que a paternidade não foi declarada. Para os 71 registros onde pai e mãe foram apontados como escravos, em 100% dos casos as uniões se deram dentro da mesma escravaria, dando-nos outra pista das possibilidades colocadas para a população escrava da região. Uma união que extrapolasse as fronteiras da ‘casa’, ao que parece, não era uma alternativa para estes homens e mulheres. Já nos casos onde houve uma união entre um escravizado ou escravizada e um indígena, estes últimos em sua maioria foram apontados como sendo de ‘nação livre’, havendo apenas um caso de uma índia alforriada pelo mesmo senhor que era proprietário de seu nubente - o que, na verdade, pode ser outra pista para a condição dos demais, provavelmente peões ou agregados nas terras desses senhores.

Pensando a mesma distribuição para o outro polo envolvido nestas relações, os padrinhos, temos a seguinte distribuição: 22 escravos negros aparecem batizando 28 crianças; por sua vez, tivemos 20 negras escravizadas convidadas a batizar um total de 31 crianças. Temos, ainda, três padrinhos que são designados como pardos (possivelmente livres), um escravo que se tornou forro entre um batismo e outro, um indígena (também citado como forro) e 94 homens livres. Apenas oito crianças não tiveram padrinho. Tivemos, ainda, 76 madrinhas livres, uma forra, duas indígenas e 18 batismos sem madrinha. O quadro abaixo mostra essa distribuição:

	Madrinha escrava	Madrinha forra	Madrinha indígena	Madrinha livre	N.I.	TOTAL
Padrinho escravo	24	1	1	1	1	28
Padrinho forro	0	1	0	0	0	1
Padrinho indígena	1	0	0	0	0	1
Padrinho livre	5	0	1	89	10	105
N.I.	0	0	0	2	5	7
TOTAL	30	2	2	92	16	142

Tabela 2: Condição social dos padrinhos e madrinhas

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

De modo geral, havia um número elevado de pessoas livres batizando os filhos e filhas de escravos em Viamão, conforme se depreende da tabela acima, sendo que, para a maioria deles, os registros não apontam outros designativos. Entre os padrinhos, apenas cinco recebem algum qualificativo nos registros (um ‘crioulo’, um ‘índio’ e três ‘pardos’). Já para as madrinhas, temos apenas duas ‘índias’ e uma ‘mulata’. Portanto, se pudermos confiar nos registros analisados, é possível afirmar que em pelo menos 68% dos casos, a escolha de padrinhos para os filhos dos escravos recaiu sobre pessoas livres – e talvez brancas – podendo chegar a 75%, se desconsiderarmos as ocasiões em que ninguém

ocupou o posto.

Por outro lado, das 35 cerimônias em que um dos pais e pelo menos um dos padrinhos era cativo, ocorreram 24 situações em que os pais e os padrinhos eram de escravarias diferentes, o que corresponde a 69% deste recorte. Portanto, mesmo frente às limitações existentes, ao menos o compadrio entre cativos ainda poderia cumprir um papel de articulação social para além das fronteiras da 'casa' - restando-nos perguntar se estas 'escolhas' partiam dos próprios cativos, ou se poderiam ser parte das estratégias de seus senhores. Outro aspecto que poderia ser destacado é a ausência de padrinhos 'preferenciais' nestes registros: não havia nenhum protetor que se destacasse entre a população escrava, nenhum homem, cativo ou livre, que tenha batizado mais do que quatro ou cinco crianças no período (para as madrinhas, menos).

Diferentes autores que estudaram o compadrio já apontaram o uso deste como forma de acesso a proteção, favorecimento, ascensão social, entre outros. Esta situação está expressa em termos como 'alianças para cima' ou 'alianças verticais', e subjacente à própria ideia de padrinhos e madrinhas preferenciais. Os estudos do compadrio para a população escrava demonstram que para este estrato social este poderia igualmente cumprir o mesmo objetivo, através da escolha de padrinhos forros ou livres - quanto mais alta a posição do padrinho na escala social, melhor.

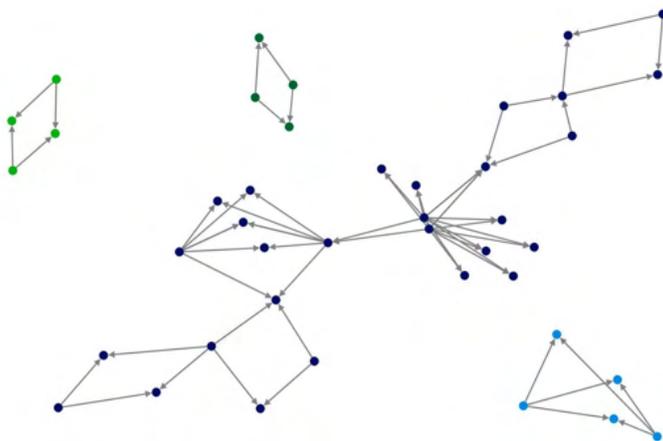
Notamos que a participação do estrato livre nos batismos dos filhos e filhas de escravos da Viamão setecentista foi significativa, sendo bastante elevada em relação aos outros estratos daquela comunidade. Essa diferença, contudo, não chega a ser uma surpresa, quando analisamos a historiografia sobre o tema. No clássico estudo de Gudeman e Schwartz (1988, p. 49) podemos ver que os autores encontraram uma taxa elevada de participação de padrinhos livres para a Bahia, no século XVIII. Já para a região das Minas Gerais, paróquia de São João del Rei, em período muito próximo do nosso (1751-1760) Brügger (2007) encontrou um percentual de homens livres batizando filhos de escravos da ordem de 63,4%, enquanto as mulheres livres foram 49,5%.

A partir desses elementos, gostaríamos de lançar um olhar mais próximo para as relações desses cativos, a partir de um recorte que reuniu os registros ocorridos dentro de uma das escravarias das mais importantes na década de 1750, pertencente ao sesmeiro Francisco Pinto Bandeira, totalizando 16 batismos envolvendo famílias escravas deste grupo. A escolha dessa escravaria não é fortuita: ela nos permite avançar na compreensão de como a instituição do compadrio era utilizada por essa 'casa' ao extrapolar o conceito de família celular, posto que, conforme aponta a bibliografia, este não seria o mais apropriado para explicar as relações sociais e familiares no período. Pesa, também, o fato de que este grupo concentrou um número maior de batismos, ao passo que os escravos de outros proprietários tiveram uma participação bem mais discreta nos registros. Passemos, então, a análise dessa rede de relações.

3 | A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVOS E LIVRES (RE)PRODUZIDA ATRAVÉS DO COMPADRIO CATÓLICO

A representação gráfica das relações construídas pelos escravos da família Pinto Bandeira, que pode ser visualizada no grafo da página seguinte, nos permite observar uma tendência nas relações de compadrio destes estratos ditos subalternos, que é a disposição à fragmentação dos vínculos, uma particularização e isolamento das relações que emerge à medida que diminuimos a escala de análise. O grafo demonstra que, para alguns casais de escravizados que tiveram mais filhos no período dos registros, foi possível acessar uma rede mais ampla de compadres, constituindo relações com agentes de diferentes estratos sociais. Outros casais, porém, só tiveram um ou dois filhos, ficando isolados das redes de compadres de seus companheiros - também porque não eram requisitados a apadrinhar os filhos deles. A própria possibilidade de formar uma família e gerar filhos, como vimos, poderia estar relacionada às posições ocupadas por estes indivíduos e às oportunidades a que tinham acesso. Por isso cabe olhar de forma mais detalhada para as relações representadas nesta rede.

O grafo abaixo é composto por quatro componentes (conjuntos de pontos), sendo que três deles representam as relações de compadrio de casais isolados. Nesses casos, é possível perceber que esses casais criaram alianças de compadrio com indivíduos que não batizaram filhos de outros membros do grupo, formando redes com menor alcance, aparentemente. O outro componente do grafo reúne um número maior de agentes e representam relações de mais de um casal, por contarem com padrinhos que batizaram filhos de diferentes famílias, ou com pais que tiveram seus filhos apadrinhados, mas que atuaram também como padrinhos de outras crianças. Para alguns desses agentes, portanto, o compadrio representava uma possibilidade de maior trânsito, tanto entre seus pares como junto a indivíduos de outros estratos sociais.



Grafo 2: Redes de compadrio dos cativos da estância dos Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Considerando os registros analisados para a formulação desta rede, à partida podemos notar uma diferença importante entre esses grupos: a condição social diversa das pessoas que ocupam a posição de padrinhos e madrinhas. Temos sete registros onde pais e padrinhos eram escravos; um onde os padrinhos eram forros; e oito registros onde os padrinhos das crianças foram pessoas livres, ou assim se presume. Portanto, em 44% dos casos tivemos cativos contraindo relações de compadrio entre si, percentual acima da média identificada para a freguesia.

A tabela 3 apresenta as relações constituídas entre pais e padrinhos nesta escravaria, reconstituídas a partir dos registros de batismo estudados.

Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
Antônio	Maria Tapanhuna	Sebastião Tapanhuno (E)	Teresa Tapanhuna (E)
Antônio	Maria Tapanhuna	Sebastião Tapanhuno (E)	Teresa (E)
Antônio	Maria Tapanhuna	Domingos Bamba (E)	Grácia (E)
Antônio Tapanhuno	Isabel	João (E)	Maria (E)
Bartolomeu Sanches	Antônia Tapanhuna	Antônio de Souza Pereira	Maria J.de Oliveira
João Baracu	Grácia Benguela	Felipe	Grácia
João Baracu	Gracia Benguela	Antônio (Forro)	Maria Pais
João	Rita	Manoel Dias	Antônia
Manoel de Souza	Ana	Francisco de Souza e Távora	Eufrásia de Ribeiro
Manoel	Josefa	Antônio (E)	Maria (E)
Manoel	Josefa	Casemiro Pinto Bandeira	Mariana
Manoel	Josefa	Luís Rodrigues (E)	Maria Rodrigues (E)
Manoel	Josefa	Francisco (E)	Maria (E)
Manoel	Josefa	Ventura	Rosa
Martinho Garcia	Ana Maria	Rafael Pinto Bandeira	NI
Martinho Garcia	Ana Maria	Estevão da Silva Conde	Maria da Encarnação

Tabela 3: Relações de compadrio da escravaria dos Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Situação que chama atenção nestes registros é a taxa de legitimidade das crianças nascidas nesta estância. Todos os registros apontam o nome do pai da criança, havendo um único caso de filho natural, resultando em uma taxa de legitimidade de 94% na escravaria dos Pinto Bandeira, bastante superior à média das famílias cativas da freguesia. Assim, vão surgindo indícios de como se organizavam essas famílias escravas, as oportunidades

a que tinham acesso e como o compadrio era utilizado por elas.

Olhando mais de perto para esses registros, podemos encontrar outros indícios de como se organizavam estas relações. No primeiro desses registros, o batizado da pequena Anastácia, datado de 23 de junho de 1748, o casal Manoel e Josefa contraiu relações de parentesco espiritual com Antônio e Maria, ambos negros e também escravos do mesmo senhor. Já o registro seguinte ocorre dois anos depois, quando ocorre o batizado de outro filho do casal, Vitorino. Já nesta ocasião os compadres possuíam uma ‘qualidade’ diferente: eram ambos livres, sendo um deles a mulata Mariana (de quem não temos outras informações) e o outro um homem branco chamado Casemiro Pinto Bandeira, que acreditamos fosse um agregado da família.

Depois disso, a situação do casal melhora, por assim dizer. Já em 1752, quando do batizado de sua filha Marta, a mulher é citada no registro como Josefa Pinta, assim como seu esposo é citado como Manoel da Silva Pinto. Além disso, o casal volta a contrair relações com padrinhos livres no batizado do filho Damázio, em 1756. Essa mudança na forma como os dois são nomeados nos dá uma pista de como sua situação evoluiu no cativeiro: a adoção de apelidos (sobrenomes) por escravos é frequentemente apontada como uma forma de ascensão e diferenciação social. Em especial, como parece ser o caso em questão, quando o nome adotado fazia referência à família senhorial (no caso, o sobrenome Pinto e sua variação feminina, Pinta). Esta situação já havia sido notada por Márcio Blanco (2012), que ao estudar esta escravaria, refere à possibilidade deste casal ter experimentado certa ascensão social:

A adoção de um dos sobrenomes de seu senhor serve como pista de que o referido casal estivesse - aos olhos do mundo livre pelo menos - numa categoria superior aos demais cativos, que em geral permaneciam a vida toda designados apenas com prenome. (BLANCO, 2012, p. 162)

Conforme também apontou Blanco (Idem, p. 163), este casal apresentava outro sinal social distintivo: no rol de 1758, Manoel aparecia arrolado dentro das terras de Francisco Pinto Bandeira na condição de “lavrador”, condição esta que não foi atribuída a nenhum outro escravo no rol daquele ano. *“Este complemento nominal deve indicar que Manuel tinha roça própria, fazendo ele e sua família figurarem no rol daquelas [famílias escravas] detentoras de maiores recursos materiais e prestígio (...)”* (Idem).

Donald Ramos, em sua investigação sobre o compadrio em Vila Rica (MG), já mencionava como a adoção de um sobrenome poderia corresponder a uma diferenciação social construída nos moldes do Antigo Regime: nos registros por ele analisados, os cativos que adotavam o sobrenome dos seus senhores costumavam ser convidados com mais frequência para apadrinhar crianças nascidas dentro das escravarias locais, tornando-se padrinhos preferenciais entre seus pares (RAMOS, 2004, p. 56). Isso, por si, é um indicativo do prestígio de que gozavam esses homens e mulheres, o que lhes permitia um exercício de diferenciação, embora limitado pelo próprio cativeiro. Carlos Engemann (2006) reforça

esta impressão, ao conjecturar o tipo de raciocínio subjacente a esta prática colonial:

Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma “herança” tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho. (ENGEMANN, 2006, 170)

Se analisarmos esses elementos à luz dos demais registros, é possível encontrar indícios de sua validade. Os casais João Baracu e Gracia Benguela, Antônio Tapanhuno e Isabel, e Antônio e Maria (todos escravos dos Pinto Bandeira), além de não adotarem o uso de sobrenomes, constroem seus laços sociais dentro do universo do cativo, contraindo relações de compadrio com outros escravos do grupo senhorial e de escravarias vizinhas. Formam, assim, uma rede de relações limitada, onde não foi possível vencer a barreira da servidão, posto que este expediente estivesse ao alcance de alguns deles apenas. Por seu turno, o casal Martinho Correia Garcia e Ana Maria logram, nos batizados de seus dois filhos, atar relações com pessoas livres e de estrato social superior, entre os quais Rafael Pinto Bandeira, filho mais velho de Francisco Pinto Bandeira, seu senhor, rompendo, assim, uma fronteira que, de certo modo, os separava do mundo exterior.

Essa diferenciação na forma como se constituíam as relações sociais no interior daquela casa, portanto, nos dão um vislumbre de um exercício de estratificação no qual participavam cativos, seus senhores e familiares, integrando aquela hierarquia costumeira marcada por lealdades e por uma relação de interdependência que imbricava esses atores em uma intrincada trama. Somadas a outras práticas sociais, as hierarquias que iam sendo construídas informavam a cada um sobre o seu lugar no mundo.

A adoção dessas práticas na construção das relações rituais, contudo, deve ser matizada com outros fatores que afetavam a organização do compadrio naquela sociedade. Marcio Blanco (2012), ao estudar o compadrio escravo em Viamão em período similar ao nosso, atenta para o fato de que a preponderância do estrato livre ou cativo nas escolhas dos compadres foi afetada também por outros fatores, tais como o tamanho das escravarias ou a condição de naturalidade ou legitimidade dos nascimentos. De fato, quando observamos o conjunto dos registros estudados aqui, notamos que o número de escravos que contraíam relações espirituais com seus iguais aumentava em escravarias maiores, o que pode ser um indicativo de que os cativos dos pequenos plantéis da região poderiam recorrer a padrinhos e madrinhas livres por não terem como opção companheiros de cativo dentro da mesma casa. Esta perspectiva, contudo, deve ser encarada com cuidado, especialmente quando lembramos que mais de dois terços dos escravos que se compadraram entre si pertenciam a proprietários distintos, ou seja, essa possibilidade estava colocada. Parece-nos que, nestes casos, deveriam pesar outros aspectos que afetavam as relações sociais e diferenciavam aqueles homens e mulheres.

Outro aspecto notado por Blanco diz respeito à preferência demonstrada por mães solteiras e casais mistos por padrinhos livres, quando comparados a casais compostos por dois escravos (Blanco, 2012, p. 175). Note-se, em primeiro lugar, que a maioria das crianças que não tiveram o nome do pai registrado nasceu em pequenas escravarias, o que nos remete a questão do parágrafo anterior. Mas, mais que isso, nos parece que nestes casos pode ter pesado a busca por proteção quando da escolha destas mães, tanto para si quanto para seus rebentos, posto que estas já se encontrassem em uma posição de maior vulnerabilidade por não terem a oportunidade de constituir um núcleo familiar. Por outro lado, nos casos das uniões entre um escravizado e companheiro(a) forro ou livre (que correspondeu a 17% dos batismos analisados aqui) há que se considerar que a própria condição jurídica de liberdade de um dos pais reforçava a procura de padrinhos de condição semelhante.

Outro aspecto a se considerar é a inserção dessas relações sociais no espaço, de modo que um padrinho ou madrinha poderia ser encontrado na vizinhança (ou mesmo dentro da casa, como vimos), não implicando necessariamente em uma estratégia elaborada, conforme já apontado em estudos como o de Bruna Sirtori e Tiago Gil (2012, p. 13). Esta é uma consideração importante a ser levada em conta, se quisermos evitar que a análise destas relações se torne por demais esquemática. Para Viamão, conforme já havia sido apontado por Márcio Blanco (2012, p. 183-184), identificamos, a partir dos róis de confessados, que os pais e padrinhos possuíam moradia próxima em 36 ocasiões (26,6% do total de relações), o mesmo ocorrendo em 43 oportunidades com as madrinhas (34,1% do total). Reforçava-se, desta forma, outro laço social importante, o da vizinhança. Todavia, convém destacar que a construção de relações de compadrio com indivíduos que não eram vizinhos imediatos (considerando a informação disponível nos róis) continua representando a maioria dos casos.

Blanco aponta, ainda, que para além da questão da proximidade, poderia pesar a questão do trabalho: a lide conjunta e cotidiana na terra poderia ser uma boa oportunidade para a construção de laços entre escravos e livres pobres, o que poderia levar a constituição posterior de um laço de compadrio; ou poderia ocorrer o inverso, sendo a relação espiritual utilizada para arregimentar braços para o trabalho da roça (BLANCO, 2012, p. 186). Essa é uma possibilidade que poderia ser explorada, mas para a qual precisaríamos agregar outras fontes, que nos permitissem construir uma ideia mais clara da distribuição e ocupação da força de trabalho naquela freguesia. Contudo, a partir das relações analisadas, nos parece seguro apontar que o compadrio, dentro outras relações, cumpriu também o papel de cimentar as sociabilidades locais, além de oferecer, em algum grau, novas possibilidades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações analisadas neste estudo possibilitam perceber a existência de certa

‘circulação do dom’ na freguesia de Viamão, servindo o rito do batismo como uma ponte que aproximava agentes que ocupavam posições sociais distintas. Nessa perspectiva, a dádiva representada no ato cerimonial se constituía enquanto um símbolo na instituição dos vínculos sociais, de modo que a própria dinâmica de estabelecimento e transformação das redes locais passava a fundamentar o modo de circulação desses dons no interior daquela comunidade. Aliada ao conceito de equidade, essa concepção nos permite compreender como as relações então engendradas por aqueles agentes eram atravessadas por forças que, ao mesmo tempo em que estratificavam àquela sociedade, contribuíam para a criação de laços de interdependência que, ao fim e ao cabo, possibilitavam a própria conservação daquele corpo social.

As redes conformadas por negros e negras escravizados foram marcadas por uma forte presença de padrinhos livres. Em alguns casos, isso parece ter contribuído para a melhoria das condições de vida dessas pessoas – ainda que discretamente, e dentro dos limites que se poderiam esperar daquela sociedade e de sua condição de cativo. Em poucos casos, para além da própria relação de compadrio firmada à beira da pia batismal, pudemos identificar indícios de diferenciação social destas gentes entre seus pares, seja através da adoção de um sobrenome, ou da posse de uma roça própria.

No caso dos escravos, mesmo quando o compadrio se dava exclusivamente entre cativos, foi possível perceber que em dois terços dos casos pais e padrinhos pertenciam a escravarias distintas, sugerindo, assim, certa margem para a construção de redes de sociabilidade dentro desse estrato, além de apontar para uma “circulação do dom” nesta comunidade – ou, talvez, essas relações indiquem uma articulação realizada a partir “de cima”, ou seja, por iniciativa dos senhorios que comandavam cada uma das famílias extensas onde aqueles escravizados estavam inseridos. Situação oposta foi identificada, por exemplo, quando analisamos as uniões maritais entre escravos, fossem estas legítimas ou não: neste caso, as uniões se deram sempre dentro do mesmo grupo, o que indica possibilidades bastante limitadas para aquela população no que dizia respeito à constituição de um núcleo conjugal.

REFERÊNCIAS

AHCMPA. **Livro 1º de Batismos de Viamão**. 1747-1759.

AHCMPA. **Translado dos Róis de Confessados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão**. Anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.

AQUINO, Israel da Silva; KUHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). **Revista Maracanan**, n. 19, p. 56-78, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/33118>>. Acesso em 27/07/2021.

BLANCO, Marcio Munhoz. **Pelas veredas da senzala**: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-1760). Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71949>>. Acesso em 27/07/2021.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos. Rio de Janeiro: UFRJ - PPG em História Social (Tese de Doutorado), 2006.

GUDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**. Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, n. 31, p. 41-68, janeiro 2004. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b594b59827e91950d7597/1462458700057/03_Ramos%2C+Donald.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/sirtori%20bruna%20e%20gil%20tiago%20luis.pdf>>. Acesso em 27/07/2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 35

Alcides Cruz 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115

América Latina 11, 12, 13, 14, 19, 20, 22, 25, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 57

Análise de Redes Sociais 92

Arte Cemiterial 1, 4, 5, 6, 8

Artista Xamã 74, 82

C

Castro Alves 116, 117, 118, 119, 120, 122, 127, 128

Cidade de Bauru 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10

Cidades 2, 4, 5, 8, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 43, 60, 61, 113

Compadrio 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

CONTUA 11, 12, 13, 14, 18, 20, 21

Coronelismo 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

COVID-19 2, 6, 74, 75, 76, 77, 79, 82

Crítica pós-colonial 116

D

Direito urbanístico 105, 115

E

Escravidão 38, 40, 42, 43, 44, 92, 104, 118, 119, 120, 121, 122

Espaço urbano 9, 22, 33, 34, 113

F

FASUBRA 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

G

Geografia religiosa 22

Golpe de 1964 46, 47

H

Hierarquias sociais 92

História 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 22, 23, 24, 26, 34, 35, 40, 45, 49, 56, 57, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 87, 89, 90, 91, 92, 104, 105, 106, 114, 115, 117, 123, 126, 127, 129

História do direito 105, 106, 114, 115

Historiografia 74, 77, 80, 90, 97

I

Imperialismo 46, 47, 52, 55, 56

Intervenção 13, 16, 26, 49, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 114

M

Maçonaria 35, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45

Monte Azul 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73

N

Narrativa 43, 52, 59, 61, 62, 63, 64, 74, 78, 80, 81, 89

Neogolpe de 2016 46, 47, 50, 55

P

Patrimônio cultural 1, 2, 3, 9, 10

Pesquisa narrativa 59, 62, 63, 64

Poesia 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 127, 128

Polícia 43, 63, 65, 69, 71, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115

R

Republicanismo 35

Resistência 12, 18, 38, 50, 64, 87, 114, 116, 117, 119, 123, 124, 127, 128

S

Sindicatos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20

Slam 116, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 128

T

Trabalhadores 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 37, 38, 43, 44, 55, 61

Trajectoria 9, 35, 48, 60, 62, 64, 85

Turismo 22, 28, 29, 30, 34

U

Universidades 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

V

Vilas 22, 27

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021